



UNIÃO DE MULHERES
DE SÃO PAULO



PROMOTORAS
LEGAIS POPULARES

MANIFESTO

16º ABRAÇO SOLIDÁRIO

ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA E EM APOIO ÀS TRABALHADORAS DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

07 DE AGOSTO DE 2025

Nós, organizações do movimento de mulheres e feministas, relembramos e honramos no dia de hoje os **19 anos da aprovação da Lei Maria da Penha** e a luta das mulheres brasileiras pelo direito de vivermos vidas livres de todas as formas de violência!

Há 16 anos nós, do movimento das Promotoras Legais Populares, da União de Mulheres do Município de São Paulo e do Maria Marias, saímos às ruas com nosso **ABRAÇO SOLIDÁRIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA**, pelo fim da violência contra as mulheres, em defesa da Lei Maria da Penha e pela sua efetiva e ampla implementação. Cobramos dos poderes públicos do Estado Brasileiro sua responsabilidade de garantir a proteção, a atenção e a prevenção à violência que atinge e atravessa a vida das mulheres de nosso país de forma cruel e persistente.

Este ano, mais uma vez, nos reunimos para denunciar a violência machista, racista e misógina contra as mulheres e meninas em nosso país e prestar nossa solidariedade às trabalhadoras da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

E em mais um ano os números de violência cresceram. Dados mais recentes publicados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam que no último ano houve registro de **aumento de todas as formas de violência contra as mulheres e meninas no Brasil**.

Em 2024, a taxa de feminicídios - crime que mata mulheres pelo simples fato de serem mulheres - cresceu **0,7%**, chegando a 1.492 vítimas, das quais 63,6% eram mulheres negras. Segundo o anuário, a casa segue sendo um lugar perigoso para as mulheres: 64,3% das vítimas de feminicídios foram mortas em suas residências. Os registros de violência psicológica, por sua vez, cresceram 6,3%, num total de 51.866. Os casos de estupro e estupro de vulneráveis alcançaram as mais altas taxas de crescimento da história (87.545), sendo que em 76,8% dos casos, as vítimas eram vulneráveis, apontando a banalização da violência contra nossas crianças e a omissão do Estado, que ao não agir se torna conivente com a violência. É inaceitável e revoltante que a violência de gênero seja uma realidade para as mulheres ainda tão jovens e ao longo de nossas vidas. Este cenário atravessa o cotidiano de muitas de nós, em suas mais diferentes formas.

Nos últimos anos a disseminação de discursos de ódio contra mulheres, contra a população LGBTQIAP+, população negra e indígenas e a redução, quase extinção, do investimento e implementação de políticas de prevenção e atenção à violência promoveu o aumento dos crimes de ódio contra as mulheres e o crescimento de violências cotidianas contra todos estes grupos sociais.

Uma política de deixar morrer, ou fazer morrer, esteve e está em curso. Essa política de sucateamento dos serviços de atendimento e proteção às mulheres está estampada na realidade das trabalhadoras destes serviços, cada vez mais submersas na lógica da terceirização das políticas públicas, gerida em sua maioria por organizações sociais (OS). As trabalhadoras encontram-se constantemente silenciadas no exercício de seus direitos ao reportar os desafios de implementação dos serviços cada vez mais precarizados, com a troca de gestão das organizações sociais responsáveis pela administração indireta, sem políticas de treinamento e continuidade da gestão. As trabalhadoras relatam o encerramento silencioso dos equipamentos. A implementação de uma lógica de atendimento que visa números e metas e não o acolhimento efetivo das mulheres.

Se torna urgente contar as histórias das mulheres que constroem nosso país, da luta pelo direito de viver sem violência e a retomada de políticas efetivas de atenção, acolhimento e prevenção à violência contra mulheres e meninas.

Hoje nos reunimos aqui, em frente à Prefeitura do Município de São Paulo, no centro da capital do estado, para **cobrar orçamento adequado e a retomada da expansão de centros especializados de atenção às mulheres em situação de violência¹, formação continuada e valorização das trabalhadoras destes serviços**, além da continuidade da implementação efetiva e ampla do que está previsto na Lei Maria da Penha como políticas de proteção e prevenção.

Ainda, **reivindicamos tanto a revisão e aumento do valor do auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência quanto a tramitação sigilosa dos dados delas e de seus/suas filhos/as nos cadastros municipais.**

Todas as mulheres e todas as meninas devem ter o direito de viver sem violência.

O enfrentamento à violência de gênero e raça deve ocupar centralidade na agenda das políticas públicas do governo Brasileiro e dos governos estaduais e municipais. Como disposto na Convenção de Belém do Pará (1994), é dever do Estado garantir a integridade física, emocional e psicológica de mulheres e meninas e, quando omissa, se torna cúmplice da violência.

No dia de hoje honramos a história das que vieram antes de nós e seguimos exigindo a implementação integral dos serviços de proteção, atenção e enfrentamento à violência contra as mulheres de nosso país.

É PELA VIDA DAS MULHERES!

É PELA NOSSAS VIDAS!

É PELA VIDA DE TODES, DE TODAS!

¹ Na cidade de São Paulo estes centros recebem os nomes de Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) e de Centros de Referência e Cidadania da Mulher (CRCM).